

Como fazer biografias no Brasil?

Por José Godoy, para o Valor, de São Paulo



Em princípio este artigo deveria ser escrito há pelo menos três anos. Na época, no calor dos debates que se seguiram à censura e à posterior retirada de circulação da biografia "Roberto Carlos em Detalhes", de Paulo César de Araújo, passei a tomar notas sobre situações similares, que com menor atenção passavam a fazer parte do dia a dia do mercado editorial.

O primeiro movimento - o retorno a casos emblemáticos como o de "Estrela Solitária", de Ruy Castro - já estava sendo realizado por diversos veículos que criavam uma espécie de cronologia desse tipo de evento no país, e, ingenuamente, imaginava que teríamos a seguir não mais do que dois ou três novos fatos que gerassem reflexões. Porém, em tempo recorde, o caderno de notas e a pasta de recortes foram preenchidos em velocidade vertiginosa por uma espécie de epidemia.

Depois do livro de Araújo, seguiu-se a supressão de parte do conteúdo da autobiografia do executivo do mercado fonográfico André Midani, por causa de uma referência pouco elogiosa da obra a um personagem secundário. Mesmo tratando da morte de Euclides da Cunha, em 1909, a historiadora Mary Del Priore, autora de "Matar para não Morrer", foi aconselhada por netos de personagens retratados a não publicar a obra. Enquanto isso, passava a circular entre diversos editores uma correspondência no mínimo constrangedora da quarta das cinco mulheres de Raul Seixas, Kika Seixas, que dizia: "Qualquer tentativa de utilização do nome e imagem do falecido será contestada sob pena de medidas judiciais cabíveis uma vez que não houve autorização prévia da herdeira" (sic). Os casos se avolumavam, muitas vezes resolvidos entre as partes antes mesmo que a obra fosse impressa.

O interesse pelo privado, intrínseco à sociedade brasileira, reconhecido em exemplos os mais díspares - da obra de nosso maior romancista às versões locais de reality shows, de nossas revistas de celebridades aos encontros literários pautados em passagens biográficas e não em obras -, transformou o relato biográfico em um dos gêneros mais pujantes do nosso mercado editorial, uma das raras possibilidades de tornar a escrita

uma atividade efetivamente profissional no país. Fantasiando cifras, alimentadas pelas notas e chamadas publicitárias com que o mercado anuncia seus sucessos, não demorou para que novos interessados passassem a participar da relação autor/editor: biografados, seus herdeiros e advogados.

Instaurava-se, assim, um interessante paradoxo, que segue com intensidade pelos dias correntes. Quanto maior é a demanda do público por biografias, maior é a dificuldade do mercado em atender a ela.

Em muito esse paradoxo se configura a partir de práticas que superam a lógica do interesse financeiro imediato. Em nova chave é retomado um instrumental retórico que, absorvido de outras relações de poder em nossa sociedade, ampara a disputa do controle sobre o relato de trajetórias pessoais e familiares. Da primazia em adequá-lo a um determinado roteiro que se traduz, ora no esforço dos biografados em manter sob seu domínio a coerência de seus atos, ora no suposto direito de posse dos herdeiros sobre esses relatos.

O processo se sedimenta pela falta no país de uma tradição histórico/documental, na relutância na abertura de arquivos privados e, principalmente, nas interpretações distorcidas do artigo 20, da Lei nº 10.406, de 2002, que tem se traduzido em sentenças não favoráveis a biografias não autorizadas, baseadas na proibição da divulgação de dados que possam atingir "a honra, a boa fama ou a respeitabilidade" de terceiros ou se destinem "a fins comerciais".

Do ponto de vista do gênero literário, o processo se torna ainda mais instigante. Afinal, biografias se produzem a partir de dois grandes eixos. Um é a descrição factual, amparada em ampla pesquisa documental, que recupera objetivamente um determinado tempo histórico. Outro, a formulação de uma subjetividade a partir de outras subjetividades. Nisso contribuem as impressões de personagens próximos ao biografado, recuperadas a partir de relatos, correspondências, entrevistas etc.

Esse material, entrelaçado por elementos da técnica ficcional, dá a ver, em trabalhos consistentes, personagens muito próximos à construção social dos biografados, entremeados por instantâneos de seus estados psicológicos. Não mais. Os limites próprios à abordagem estética emolduram essa caracterização sob o aspecto de uma obra acabada. Obra artística, repita-se, não a reprodução fidedigna de uma vida, como se pode fantasiar. Afinal, assim como fotografias não roubam as almas, biografias não são o negativo da experiência do indivíduo.

Se o argumento é válido, não é possível pensarmos em direitos de imagem (argumento que vem sendo utilizado como se a biografia fosse uma modalidade de exploração comercial desse direito) pelo simples fato de não ser a reprodução o mecanismo que rege esse processo, mas sim a interpretação, a autoria. Muito menos em direitos autorais (algo que, por mais estranho que possa parecer, já foi sugerido em negociações

recentes) sobre a história de personagens públicos, pelo simples fato de que as obras resultantes desses fatos já são mediadas por um autor.

Já "a honra, a boa fama ou a respeitabilidade" do biografado são tratadas por biógrafos sérios a partir de documentos ou opiniões de que se conhecem as fontes, portanto não são a exteriorização de um juízo de valor do biógrafo.

Enquanto a chamada Lei Palocci, que pretende coibir a proibição a biografias não autorizadas, não é votada, artigos como esse já nascem com os sintomas da doença inoculados. Espécie de sombra das estatísticas que quantificam um processo que vai corroendo pelas entranhas o negócio editorial.

Hoje, antes da qualidade do relato e o possível interesse público no biografado, conta mais mapear as possíveis demandas judiciais que poderão atingir o projeto ou as boas relações entre biógrafo e o biografado e seus herdeiros. Bons textos são descartados por questões não literárias, nem sequer mercadológicas. Personagens instigantes de nossa história seguem desconhecidos do público leitor, ao passo que projetos encomendados pelos próprios biografados, ou realizados mais por fãs do que por escritores, ganham as livrarias.

Mais do que um diagnóstico que revela o atual estado das relações no mercado editorial, pontuam-se aqui impressões de um modelo que se espalha em diferentes versões pelo nosso atual debate cultural. Espécie de pêndulo que vem tombando estranhamente nos últimos anos na direção da diminuição da liberdade expressão e do desejo de uma imprensa verdadeiramente livre.

Nesse cenário, recolher livros, impedir seu lançamento, cobrar quantias exorbitantes em acordos esdrúxulos são só mais algumas das metáforas pouco sutis e mal acabadas que envolvem o papel simbólico do livro nas relações sociais, como instrumento de controle e poder. Uma evidência que deveria constranger sociedades que se querem realmente democráticas.

José Godoy é editor e escritor

<http://www.valor.com.br/imprimir/noticia/817897/arquivo/817897/como-fazer-biografias-no-brasil>